

A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR NA MODALIDADE EAD:* Impactos para a Formação Profissional do Assistente Social.

Merineide Oliveira Pereira*

INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR FRANCISCANO-IESF

RESUMO

Este artigo propõe uma análise da Expansão do Ensino Superior na Modalidade EAD, assim como a influência do neoliberalismo neste processo e os impactos causados na formação profissional do Assistente Social. Teremos como referências as Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), que se pautam no tripé Ensino, Pesquisa e Extensão. Objetiva-se despertar em nossos leitores o interesse pela temática, tendo em vista que a mesma é de grande relevância para o Serviço Social. Far-se-á uma análise acerca do processo de mercantilização do ensino superior e dos impactos diretos na formação do Assistente Social. Analisar-se-á ainda, a incompatibilidade existente entre a graduação à distância e o Serviço Social.

Palavras-chave: Educação Superior. Ensino à Distância. Formação Profissional. Serviço Social

1 INTRODUÇÃO

A discussão acerca da expansão do ensino superior no Brasil na modalidade EAD, faz-se necessária e de suma importância para a formação do profissional de Serviço Social, haja vista que o processo de mercantilização da educação é pautado na oferta de uma educação mercadológica e não na perspectiva da emancipação do sujeito. É fato que na atual conjuntura a demanda por profissionais de Serviço Social se pauta o agravamento da Questão Social e suas refrações e nas contradições cada vez mais visíveis entre os interesses do capital e os da classe trabalhadora, que luta por uma sociedade mais justa e igualitária.

A trajetória da educação superior no Brasil ocorre paralelamente ao período de implantação da Projeto Neoliberal, trazendo benefícios para o capital, que se aproveita deste momento para transformar a educação na sua melhor mercadoria e ofertá-la de acordo com os seus interesses. Dessa forma, é necessário discutir os impactos causados pela expansão do ensino superior, na modalidade EAD à formação do profissional de Serviço Social, haja vista que o mesmo precisa de uma formação crítica para conseguir prestar um atendimento adequado ao usuário dos seus serviços. É necessária uma formação de qualidade que possibilite a este profissional atuar em uma perspectiva emancipatória e de transformação da realidade social.

*Artigo científico apresentado ao Curso de Serviço Social do Instituto de Ensino Superior Franciscano- IESF, para obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

**Graduanda do 8º período do Curso de Serviço Social do Instituto de Ensino Superior Franciscano- IESF

Email: merineideoliveira@outlook.com

2 BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

A criação da primeira escola de curso superior no Brasil data do século XIX. Neste período o ensino superior era destinado a poucos e se fazia necessário àqueles que precisavam ocupar cargos distintos dentro da sociedade e como garantia de prestígio social. Portanto, o acesso era muito restrito e a criação de universidades não era vista como algo que merecia grande importância por parte da burguesia. Entre os anos de 1931 e 1945, tivemos um aumento significativo nas disputas entre as lideranças católicas e aqueles que se diziam laicos em busca do controle da educação, o que culminou na criação de universidades católicas, as quais possuíam seu próprio regimento a ser seguido.

No período que antecede a Ditadura Militar, tivemos o surgimento dos movimentos estudantis que contribuíram para o embate acerca do poder excessivo da Igreja em relação às universidades e que fomentou as discussões sobre a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, aprovada pelo Congresso em 1961, e que para alguns críticos significou um apoio legal à iniciativa privada e o aumento do lucro dos capitalistas. Esse apoio se concretiza diante do que diz o Artigo 80 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN, Lei n. 9.394 (BRASIL, 1996), que preconiza “o poder público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada. Diante do disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, deveria ser colocada à disposição da sociedade uma universidade pública, laica e que priorizasse a coletividade.

A história da educação superior no Brasil é permeada por muitas discussões acerca de seu processo de instauração e expansão dentro do território brasileiro. Inicialmente temos o acesso à educação garantido apenas às classes mais abastadas e providas de bens materiais. Doravante, têm-se o avanço do capitalismo e com ele a necessidade de mão de obra mais qualificada. Dessa forma, a burguesia precisou disseminar a ideia de que o acesso à educação se fazia necessário, tanto para que o sujeito possuísse qualificação para adentrar no mercado de trabalho, quanto para que, às vistas da sociedade, a burguesia fosse considerada como uma classe que se preocupava em incluir os menos favorecidos nas políticas educacionais.

Neste contexto, tivemos inúmeras reivindicações voltadas para a busca pela democratização interna das universidades. A partir da década de 1960, coloca-se em pauta a necessidade de uma reforma universitária, a qual teria como objetivo a ampliação do acesso à universidade. Todavia, a burguesia neste momento usa como estratégia de fortalecimento do

seu poder, enquanto classe dominante, o investimento no crescimento econômico, assim como, o acesso e modernização da educação. O que, segundo Fernandes:

No momento atual, no qual a contra-revolução e a ditadura se confrontam com uma resistência mais forte e mais decidida, pode-se dizer que houve um “milagre educacional” e, indo mais longe, que ele seguiu de perto as ilusões e as confrontações do “milagre econômico” (FERNANDES, 1989, p.15).

Desta forma, o “milagre educacional”, citado por Fernandes, faz alusão a uma possível “democratização do acesso”, deixando na surdina a relação existente entre os planos da burguesia para este sujeito que adentrava a universidade e a real intenção da mesma, uma vez que era apenas buscar lucro para o capitalista, pois com esta reforma os investimentos na rede privada serviriam para transformar a área educacional em um dos campos mais rentáveis para o empresariado.

2.1 A educação superior no contexto do neoliberalismo

No contexto do neoliberalismo, os investimentos nas instituições de ensino superior privadas e a privatização das instituições de ensino superior públicas trazem à tona a discussão relacionada ao processo de mercantilização do ensino superior, que mais tardiamente provocará a explosão do setor privado, num ensino ofertado de forma aligeirada e que levará a uma formação desqualificada para o mercado de trabalho. Para o neoliberalismo, a educação não deveria fazer parte do campo social, mais sim do campo econômico, passando a ser ofertada de acordo com a necessidade do mercado e do capital.

A perda de prioridade na universidade pública nas políticas públicas do Estado foi, antes de mais, o resultado da perda geral de prioridade das políticas sociais (educação, saúde, previdência) induzida pelo modelo de desenvolvimento econômico conhecido por neoliberalismo ou globalização neoliberal que a partir da década de 1980, se impôs internacionalmente. (SANTOS, 2005, p.15)

O projeto neoliberal fomentava a necessidade de investimento e lucratividade do capitalismo. E quanto a perda de prioridade mencionada por Santos 2005, refere-se a desestruturação das universidades públicas e aos grandes investimentos feitos no setor privado. No que tange a educação superior no Brasil, este propósito fica muito mais visível, pois através de programas criados para a inserção de jovens nas universidades, não houve uma real preocupação com as universidades públicas, mas sim, um investimento econômico grandioso na rede privada de ensino superior. Investimento este que poderia alavancar as universidades públicas, caso houvesse sido repassado este recurso às mesmas.

O neoliberalismo cerca-se por ideologias voltadas para o convencimento por parte da sociedade, de que a melhor forma de se prosperar no futuro é garantindo uma formação

superior e que a mesma deve ser ofertada de maneira “facilitada” pelas instituições privadas, isentando o Estado de sua responsabilidade em garantir o acesso à educação. Sendo assim, a educação, dentro da ótica neoliberal, passa a ter um caráter meramente econômico e de aliado do capitalista no aumento da obtenção de lucro.

No ano de 1998, no governo de Fernando Henrique Cardoso, surge o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) como método de inserção de alunos em cursos superiores, seja na rede pública ou privada. Este tinha como finalidade avaliar a qualidade do ensino ofertado na rede pública e privada no ensino médio. Somente no governo Lula o ENEM toma nova forma e passa a ser definido como critério de acesso à educação superior. Doravante, o Financiamento Estudantil (FIES), criado como forma de possibilitar o acesso do estudante de baixa renda ao ensino superior, se transforma em uma ferramenta de crescimento econômico para o empresariado.

Verifica-se aqui a realidade imposta na sociedade, de programas criados para alavancar o acesso à educação superior no Brasil se transformarem em ferramenta de enriquecimento do empresariado. E detectamos que toda essa lucratividade é legalmente apoiada por leis brasileiras que regem a oferta do ensino superior.

Lima (2007) ressalta que a construção da reformulação da educação superior no governo Lula (2003-2010) foi marcada por grandes ações que fazem parte de dois grandes eixos: o empresariamento da educação e a certificação em grande escala.

Em relação ao empresariamento da educação, este refere-se à privatização e mercantilização da educação superior através do aumento do número de Instituições de Ensino Superior (IES) privadas e dos financiamentos públicos para o setor privado através do FIES e PROUNI, a privatização interna das IES públicas via cursos pagos, parcerias universidades-empresas e fundações; e do produtivismo que atravessa e condiciona a política de pesquisa e de pós-graduação conduzida pela Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (CAPES) e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) (LIMA, 2007).

Segundo a autora supracitada, no que tange à certificação em grande escala, a mesma é identificada em ações como o EAD e o REUNI, os quais garantem a expansão da educação superior. Temos, portanto, um grande embate: de um lado a possibilidade de garantir aos que não podem pagar o acesso ao ensino superior e do outro lado, o aumento no número de profissionais formados em cursos de EAD, os quais não possibilitam ao aluno o contato necessário com o tripé ensino, pesquisa e extensão, que se dispõe como uma exigência dentro das diretrizes curriculares e essenciais para a formação crítica do Assistente

Social.

Sendo assim, dentro da perspectiva de expansão da modalidade EAD, temos o avanço de um modelo de ensino que não permite a inserção do aluno nos projetos de pesquisa e extensão, criando uma enorme deficiência na forma como este profissional irá atuar mediante a leitura da realidade social na qual está inserido, causando uma desvalorização do profissional.

3 A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR NA MODALIDADE À DISTÂNCIA

Ao analisarmos as políticas educacionais no Brasil, vemos que as mesmas vem ganhando uma nova formatação, em especial pós regime militar de 1964, quando surgiram as primeiras instituições particulares de ensino superior. Desde então, podemos constatar um crescimento exorbitante no número de Instituições de Ensino Superior neste formato de ensino.

O processo de mercantilização da educação superior no Brasil, surge em um momento de grande expansão do capital, onde todos os esforços do empresariado estão direcionados para o aumento da lucratividade. Neste processo, têm-se como pontos principais a desqualificação e conseqüentemente a desvalorização do profissional de Serviço Social.

Iamamoto (2008) afirma que “o estímulo ao EAD é um incentivo para a ampliação da lucratividade das empresas educacionais” – o que vem comprometendo uma formação universitária com qualidade. Não podemos deixar de frisar que, segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o Brasil possui a educação superior mais privatizada do mundo, ou seja, nosso país é o maior comerciante no ramo da educação no mundo.

A Secretaria de Educação Superior (SESU), como a unidade do Ministério da Educação responsável por planejar, orientar, coordenar e supervisionar o processo de formulação e implementação da Política Nacional de Educação Superior, aponta as principais políticas e programas que possibilitaram o avanço extraordinário para a democratização e expansão da Educação Superior nos últimos anos.

Entre as políticas conduzidas no âmbito dessa Secretaria, vale destacar os programas de ampliação do acesso à educação superior do governo federal, entre os quais despontam o Programa Universidade para Todos (Prouni) e o Fundo de Financiamento ao Estudante (FIES). Destinados a alunos inseridos em família de baixa renda, concedem bolsa e financiamento, respectivamente, para o custeio do valor do curso em instituições privadas de educação superior. Durante o período em que estivemos à frente da Sesu, dentro do projeto de investimento do governo, os

dois programas alcançaram o ápice da concessão de benefícios. Apenas em 2014, o Prouni ultrapassou a marca de 300 mil bolsas, alcançando o mais alto número anual de bolsas concedidas desde sua criação, em 2005. Pela continuidade dos incentivos introduzidos na gestão anterior, o FIES também cresceu em número de financiamentos contratados, que alcançaram, em 2014, mais de 660 mil estudantes. Essas medidas representam um salto histórico em direção à superação da baixa taxa de jovens que alcançam os níveis mais altos de educação no país. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2014)

Segundo o Ministério da Educação, foram criados programas com o objetivo de facilitar o acesso ao ensino superior pela população de baixa renda, possibilitando assim um aumento no número de estudantes que conquistaram sua formação em nível superior, superando uma realidade imposta a muitos anos no Brasil. Estes programas contribuíram também para fomentar ainda mais a perspectiva de uma educação mercadológica e muito valiosa para o capital.

Ressalta-se ainda, uma visível precarização do trabalho docente, visto que, os professores (tutores) são pagos por meio de contratos precários e que estes professores nem sempre são graduados em Serviço Social, o que fere a Lei de Regulamentação da Profissão.

O Ensino à Distância insere-se na sociedade em um momento em que o mercado exige profissionais qualificados e que a competição por vagas é muito grande. Além disso, levamos em consideração ainda o fato de que, há uma grande dificuldade em frequentar uma sala de aula de forma integral, pois a maioria desses alunos são trabalhadores e trabalhadoras que durante o dia precisam buscar o sustento de suas famílias. Temos ainda, em algumas cidades, a ausência de instituições que ofertam cursos superiores, comprometendo ainda mais o acesso desses alunos, que veem na EAD a única forma de acesso a um curso superior.

No quadro abaixo, está configurada a disparidade existente entre o número de vagas oferecidas nos cursos de Serviço Social na modalidade presencial e à distância:

PRESENCIAL				EAD			
Ano	Vagas oferecidas	Candidatos Inscritos	Ingressos	Ano	Vagas Oferecidas	Candidatos inscritos	Ingressos
2010	36.098	87.192	19.459	2010	102.160	49.478	21.410
2011	39.290	111.253	21.663	2011	68.742	47.664	25.762
2012	44.137	137.087	25.221	2012	76.652	52.806	33.206
2013	44.374	145.700	25453	2013	78.251	96.414	32.430

Fonte: Quadro elaborado por Kamilla Lays dos Santos Amorim com base nas Sinopses Estatísticas do INEP/MEC; FIGURA 1- Perfil da oferta e ocupação das vagas para cursos de serviço social no Brasil nos anos 2010-2013

4 IMPACTOS DA EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA PARA O SERVIÇO SOCIAL

Transportando este debate para o Serviço Social, verifica-se a necessidade de uma formação crítica, visto que este profissional atua diretamente na formulação e implementação das políticas públicas direcionadas aos indivíduos atingidos por mazelas sociais e com intervenção direta na questão social, que de acordo com Yamamoto (1998, p.27) é "um conjunto de expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura". Logo, o Assistente Social necessita de uma formação crítica que possa contribuir para a transformação e superação da realidade social da massa pauperizada. Segundo a autora existe:

[...]A necessidade de direcionar a formação profissional para a criação de um perfil profissional dotado de uma *competência teórico-crítica*, com uma aproximação consistente às principais matrizes do pensamento social na modernidade e suas expressões teórico-práticas no Serviço Social. [...]Portanto, de um perfil profissional *comprometido com valores ético-humanistas: com os valores de liberdade, igualdade e justiça, como pressupostos e condição para a autoconstrução de sujeitos individuais e coletivos, criadores da história*¹.(IAMAMOTO, 2014, p.185)

No entanto, a formação profissional de assistentes sociais vem sofrendo grande impacto, não somente na esfera privada, mas também na pública visto a precariedade do ambiente de trabalho para os professores, pouco campo de produção acadêmico/científico, haja vista a falta de financiamento para tais estudos, uma vez que são estipuladas áreas prioritárias.

A busca por financiamento para as pesquisas, dentro do Serviço Social é árdua e muitas vezes ineficaz. No entanto, o profissional de Serviço Social deve buscar sempre espaços que lhe possibilite debater temáticas como a EAD, reafirmando seu compromisso ético político, assim como, investir na sua capacitação profissional para que possa ampliar seus conhecimentos e se preparar para uma atuação de acordo com as demandas sociais impostas.

Temos, nessa perspectiva, a influência direta do Banco Mundial com uma concepção de educação voltada para a garantia de implantação do projeto de sociabilidade burguês, visando manter a segurança do capital e sua lucratividade.

Para esse organismo internacional, o sistema educacional deve desempenhar três papéis, considerados como primordiais quais sejam: o desenvolvimento de "habilidades da força de trabalho para sustentar o crescimento econômico", a contribuição "para a redução da pobreza e desigualdade", buscando oferecer oportunidade educacional para todos e, por fim, porém mais importante, o sistema deve estar voltado para o papel de "transformar gastos na educação em resultados educacionais" (BANCO MUNDIAL, 2010, p. 23).

¹ Ver: UFRJ. Currículo pleno da Escola de Serviço Social. Rio de Janeiro, Escola de Serviço Social, dez de 1993 (mimeo).

Neste sentido, o Banco Mundial segue com o discurso de que a educação seria uma forma de “aliviar a pobreza”. Percebe-se claramente os objetivos desta instituição, desenhados no primeiro papel citado acima: o crescimento econômico e o aumento da lucratividade.

No que tange ao Serviço Social, esta formação aligeirada e numa perspectiva mercadológica provoca grandes discussões dentro da sociedade, principalmente entre os órgãos responsáveis por garantir a oferta adequada do curso de Serviço Social, dentre elas a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, o Conselho Federal de Serviço Social - CFESS e o Conselho Regional de Serviço Social – CRESS. Os mesmos possuem opinião formada quanto a precarização do ensino ofertado nesta modalidade. Sendo assim, dentro da perspectiva de expansão da modalidade EAD, temos o avanço de um modelo de ensino que não permite a inserção do aluno nos projetos de pesquisa e extensão, criando uma enorme deficiência na forma como este profissional irá atuar mediante a leitura da realidade social na qual está inserido, que é de fundamental importância para sua atuação profissional, causando uma desvalorização do Assistente Social.

[...] a consolidação da política privatista nas escolas de Serviço Social; a educação a distância como principal modalidade de ensino de Serviço Social no Brasil; a precarização das condições de ensino do Serviço Social conduzem a mais impactante das tendências [...]: a restauração do conservadorismo no Serviço Social metamorfoseado pelo pensamento pós-moderno (LIMA, 2014, p. 205)

Dessa forma, a maior preocupação em discutir essa temática, parte do princípio de que, a formação do Assistente Social precisava ser diferenciada, pautada em uma criticidade em relação ao meio no qual o indivíduo está inserido. Além de haver a necessidade de se produzir conhecimento diariamente para lidar com as demandas impostas pelo meio. Dentro desta perspectiva, consideramos que a EAD até poderia ser utilizada no âmbito do Serviço Social, mas como uma formação complementar, não como graduação para habilitar o profissional a atuar na realidade social.

4.1 Conceção de formação profissional da ABEPSS

A ABEPSS, enquanto órgão responsável por fiscalizar a oferta do curso de Serviço Social em todo o território nacional, determina as diretrizes a serem seguidas para a implantação do curso, possuindo pressupostos norteadores da concepção de formação profissional adequada para este profissional, que são:

[...] 1-O Serviço Social se particulariza nas relações sociais de produção e reprodução da vida social como uma profissão interventiva no âmbito da questão social, expressa pelas contradições do desenvolvimento do capitalismo monopolista.

[...] 2- A relação do Serviço Social com a questão social - fundamento básico de sua existência - é mediatizada por um conjunto de processos sócio-históricos e teórico-metodológicos constitutivos de seu processo de trabalho.

[...] 3- O agravamento da questão social em face das particularidades do processo de reestruturação produtiva no Brasil, nos marcos da ideologia neoliberal, determina uma inflexão no campo profissional do Serviço Social. Esta inflexão é resultante de novas requisições postas pelo reordenamento do capital e do trabalho, pela reforma do Estado e pelo movimento de organização das classes trabalhadoras, com amplas repercussões no mercado profissional de trabalho.

[...] 4- O processo de trabalho do Serviço Social é determinado pelas configurações estruturais e conjunturais da questão social e pelas formas históricas de seu enfrentamento, permeadas pela ação dos trabalhadores, do capital e do Estado, através das políticas e lutas sociais. (ABEPSS, 1996, p.5).

Diante do exposto nestes itens que compõem as Diretrizes da ABEPSS, o Assistente Social é um profissional que precisa de uma formação crítica, por atuar diretamente com a Questão Social e suas refrações, dentro de uma realidade que está em constante mudança. No entanto, temos grandes investidores como o Banco Mundial que possui uma concepção que vai de encontro com o que diz a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) na sua proposta de Diretrizes Curriculares, a qual fomenta a formação profissional do assistente social.

A proposta das Diretrizes Curriculares da ABEPSS aponta para a formação de um perfil profissional com capacitação "teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo". Além da percepção das demandas e da compreensão do significado social da profissão e o desvelamento das possibilidades de ações contidas na realidade e no exercício profissional que cumpram as competências e atribuições legais". (ABEPSS, 2014. P. 02-03).

Destarte, as diretrizes da ABEPSS preconizam uma formação crítica, com o olhar voltado para a totalidade, considerando a influência do meio no qual está inserido o indivíduo, estando evidente que a EAD não oferece este tipo de formação por não permitir ao estudante, na maioria das vezes, espaços de debates com profissionais qualificados e com graduação em Serviço Social.

O conjunto CFESS/CRESS se posiciona fortemente contra aquela modalidade de ensino, pois a mesma expressa ainda mais a precarização da educação superior no Brasil. Estreitando mais os dados, mostramos a realidade específica vivenciada no Serviço Social, Silva (2016) faz uma amostragem acerca das instituições que ofertam o curso de Serviço Social, que somadas, resultam 429 instituições com cursos credenciados pelo Ministério da Educação. Das 429 IES, 403 ofertam o curso na modalidade presencial, enquanto 26, na modalidade EaD. No que tange o ensino presencial, podemos subdividir, aqueles que são ofertados na esfera pública, que corresponde a 51 instituições, e na esfera privada, que concentra 352 instituições.

Silva (2016) pontua ainda que estes números expressam a gravidade do quadro de graduação, pois apresenta um impacto no âmbito do exercício profissional. Uma vez que, o que teremos serão profissionais com uma formação mais aligeirada, tecnicista e precarizada, sem valorização da pesquisa, extensão e ensino voltado para o mercado. Logo, teremos reflexos no primeiro momento no que tange à formação profissional, não atendendo aos critérios do currículo mínimo de 1982, nem as Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996. Dessa forma, o fazer profissional também fica comprometido, haja vista a ausência de discussões, isso também reflete diretamente no corpo docente e de tutores, do qual podemos analisá-los separadamente.

Pereira (2012, p.436) afirma que: "os discentes estabelecem, assim, uma relação didático-pedagógica presencial diretamente com o tutor presencial – contratado como tutor e não docente destaca-se para trabalhar no polo presencial." Logo, segundo a autora, teremos um corpo docente contratado para gravar aulas, profissionais para preparar materiais e outros para exercerem a função de tutores, o que expressa claramente uma fragmentação e descontinuidade no processo de aprendizagem.

Na problemática dos tutores, vemos uma desvalorização da força de trabalho do mesmo, visto que em muitos casos eles exercem a função de docente da disciplina, mas o valor da sua força de trabalho é rebaixado. Logo não há a exigência de uma formação profissional mais elevada, ou seja, mestrado ou doutorado. Sendo assim, percebemos segundo Pereira (2013, p. 437), a "desvalorização do trabalho docente com a expansão do ensino à distância, e ainda menor exigência formativa e rebaixamento salarial." Ocorre neste momento uma desvalorização do trabalho docente e a exploração da força de trabalho do profissional contratado como tutor dentro destas instituições.

No que diz respeito aos campos de pesquisa, financiamento de produção e bolsas de iniciação científica, podemos fazer um resgate histórico, que apontam a forte importância destes elementos na vida acadêmica. Para contribuir para esta análise, elencam-se fatores importantes como a criação de espaços de divulgação de ideias e fundamentos das análises críticas sobre o Serviço Social, a formação acadêmica, compreendendo o ensino e a pesquisa na profissão, a criação de grupos e centros de pesquisa e a organização política da profissão que contribuíram para o Movimento de Reconceituação, que propiciaram estabelecer uma teorização para o Serviço Social (LOPES, 2016).

Considera-se de fundamental importância o investimento nos estudos desenvolvidos dentro do curso de Serviço Social, pois os mesmos possibilitam ao Assistente Social o conhecimento mais aprofundado da realidade social na qual o indivíduo está inserido,

além de proporcionar uma intervenção mais direcionada e qualificada, voltada para a transformação social do usuário. Dessa forma, a produção científica é de fundamental importância para o Serviço Social, e o que nos é apresentado na conjuntura atual é a fragilidade disso em detrimento dos méritos do capital, que não visa democratizar a educação superior no Brasil, e reestruturar as universidades públicas, mas sim investir no capital privado e mercantil e pintar a imagem de investimento educacional. Isso é refletido diretamente no curso de Serviço Social.

Ao analisarmos pesquisas realizadas pelo INEP/MEC (2010), os dados apontam que o curso de Serviço Social na modalidade de ensino a distância ocupa o terceiro colocado dos cursos mais procurados, perdendo apenas para Administração e Pedagogia.

FIGURA 2 - Três maiores cursos de graduação em número de matrículas na modalidade de ensino à distância no Brasil entre 2010 e 2013:

EAD – 2010			EAD - 2013		
CURSO	MATRÍCULAS	%	CURSO	MATRÍCULAS	%
1-Pedagogia	273.248	29,37	1-Pedagogia	295.264	25,6
2-Administração	128.186	13,8	2-Administração	157.066	13,6
3-Serviço Social	74.474	8	3-Serviço Social	94.595	8,2

Fonte: Quadro elaborado por Kamilla Lays dos Santos Amorim com base nas Sinopses Estatísticas do INEP/MEC; FIGURA 2 - Três maiores cursos de graduação em número de matrículas na modalidade de ensino à distância no Brasil entre 2010 e 2013:

Diante dos dados apresentados na tabela acima, podemos observar que a oferta do curso de Serviço Social à distância está avançando rapidamente e de maneira desenfreada, causando uma grande preocupação na categoria no que tange esta modalidade de ensino que oferece uma formação aligeirada e deficitária.

4.2 Graduação à distância e Serviço Social

A polêmica que cerca a formação profissional do assistente social via cursos de educação à distância é muito intensa e necessita de debates insistentes por parte do conjunto

CFESS/CRESS. Nesta discussão, gostaríamos de deixar claro, que não se busca de forma preconceituosa rebater esta modalidade de ensino, mas sim, chamar a atenção para os riscos de uma precarização do ensino superior. Segundo texto descrito na Cartilha do conjunto CFESS/CRESS: “É fundamental ressaltar ainda que a precarização do processo formativo não atinge somente os/as graduandos/as em serviço social na modalidade de EaD, mas também aqueles/as que cursam a formação presencial.” Ou seja, ocorre um aumento no número de profissionais que são colocados no mercado de trabalho sem a fundamentação crítica necessária para se atuar de acordo com os valores inscritos na Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8.662/93) e no Código de Ética do Profissional.

De acordo com os estudos realizados, a oferta da EAD na formação do profissional de Serviço Social fere pelo menos cinco das treze atribuições e competências dispostas na Lei de Regulamentação da Profissão.

[...]Art. 5º Constituem atribuições privativas do Assistente Social:

V - assumir, no magistério de Serviço Social tanto a nível de graduação como pós-graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular;

VI - treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social;

VII - dirigir e coordenar Unidades de Ensino e Cursos de Serviço Social, de graduação e pós-graduação;

VIII - dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudo e de pesquisa em Serviço Social; (...)

X - coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos de Serviço Social; (...). (BRASIL, 1993).

Desse modo, podemos ressaltar que todas as discussões acerca deste tema, são embasadas legalmente e se dispõem a garantir aos estudantes que buscam a formação em Serviço Social, uma formação adequada e ofertada de acordo com os princípios contidos nas legislações que legalizam essa oferta. Detectamos a necessidade de uma fiscalização mais rigorosa no que tange a oferta dos cursos de EAD, principalmente no curso de Serviço Social. É de fundamental importância que possamos esclarecer a relação existente entre uma educação ofertada de forma precarizada e transformada em mercadoria valiosa, contribuindo assim para o enriquecimento do empresariado.

Uma das irregularidades encontradas dentro da oferta do curso de Serviço Social na modalidade EAD, refere-se à supervisão acadêmica de estágio que, de acordo com a Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº 8.662/93), no seu inciso VI do art. 5º, fica disposta como uma atribuição privativa do profissional dessa área. Entretanto, o que vemos é a ausência de supervisão acadêmica. Quando essas supervisões ocorrem, são realizadas à

distância ou, mesmo quando presencial, de forma esporádica. Ocorrendo ainda, o desvio de funções dos professores e irregularidades nas coordenações dos cursos.

Nota-se também uma diferença significativa quando comparamos a distribuição das matrículas em cursos de graduação de Serviço Social nas duas modalidades, conforme o quadro abaixo:

PRESENCIAL				EAD			
Ano	Pública	Privada	Total	Ano	Pública	Privada	Total
2010	15.876	52.848	68.724	2010	17.659	56.815	74.474
2011	17.309	54.710	72.019	2011	1*	13*	14*
2012	18.820	56.731	75.551	2012	16.157	81.271	97.428
2013	19.191	59.972	79.163	2013	9.424	85.171	94.595
TOTAL	71.196 (24,1%)	224.261 (75,9%)	295.497 (100%)	TOTAL	43.241 (16,23%)	223.270 (83,77%)	266.511 (100%)

Fonte: Quadro elaborado por Kamilla Lays dos Santos Amorim com base nas Sinopses Estatísticas do INEP/MEC; FIGURA 3 - Distribuição das matrículas em cursos de graduação de serviço social por modalidade e por natureza das instituições nos anos 2010-2013

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o avanço do neoliberalismo e da perspectiva capitalista de obtenção de lucro, a educação passa a ter seu papel invertido dentro da sociedade, perdendo seu caráter emancipatório e se transformando em uma mercadoria de grande valor, capaz de proporcionar lucros exorbitantes para o capital, amparado nas próprias legislações brasileiras. Destarte, o acesso à educação superior se torna facilitado, mas a deficiência na qualidade do ensino forma profissionais que não se adequam às demandas da sociedade. Dentro do Serviço Social, esta deficiência se torna ainda mais visível devido à necessidade de uma formação mais crítica do profissional de Serviço Social. tendo em vista que o mesmo necessita estar preparado para lidar com as mazelas sociais e ter uma formação teórica-metodológica e técnico-operativo que lhe possibilite compreender a realidade social do indivíduo com todas as suas particularidades.

Diante de todas as nossas exposições, podemos compreender que uma formação ofertada de forma aligeirada e sem seguir os principais parâmetros contidos nas diretrizes que regem a formação do Assistente Social, os quais preconizam a necessidade do tripé ensino, pesquisa e extensão como base para a produção de conhecimento, se torna obsoleta e incapaz de formar profissionais capacitados para lidar com as demandas impostas pela sociedade.

Dessa forma, teremos inseridos no mercado profissionais sem a qualificação adequada e que se tornarão ineficientes na sua atuação profissional. É possível se compreender que a formação adquirida através da modalidade à distância é falha quando não possibilita uma discussão mais aprofundada dos temas que são de fundamental importância para a criticidade desta formação e que envolvem a realidade dos indivíduos. O profissional do Serviço Social necessita desenvolver um olhar investigativo que lhe proporcionará estratégias para uma melhor atuação profissional e esta modalidade não abrange este tipo de debate.

Considera-se, portanto, que a expansão do ensino superior idealizada pelo governo e que prega um acesso igualitário é na verdade uma falácia, visto que o mesmo prioriza o investimento no capital e menospreza a oferta de uma educação que forme profissionais qualificados quando não investe no tripé ensino, pesquisa e extensão dentro desta oferta.

Sendo assim, dentro da perspectiva de expansão da modalidade EAD, temos o avanço de um modelo de ensino que não permite a inserção do aluno nos projetos de pesquisa e extensão, criando uma enorme deficiência na forma como este profissional voltará o seu olhar para a leitura da realidade social, que é de fundamental importância para sua atuação profissional, causando uma desvalorização do profissional.

Conclui-se que se faz necessária uma democratização do acesso ao ensino superior pautada no tripé do ensino, pesquisa e extensão para que se possa preparar para o mercado de trabalho, profissionais qualificados para lidar com todas as demandas impostas, fazendo um estudo aprofundado da realidade na qual o indivíduo está inserindo e buscando uma melhor atuação profissional, a transformação social e a emancipação política e social do sujeito.

THE EXPANSION OF HIGH EDUCATION IN THE EAD MODALITY: * Impacts on Vocational Training of the Social Worker.

ABSTRACT

This article proposes an analysis of the Expansion of Higher Education in the EAD Mode, as well as the influence of neoliberalism in this process and the impacts caused in the professional training of the Social Worker. We will refer to the Curriculum Guidelines of the Brazilian Association of Teaching and Research in Social Services (ABEPSS), which are based on the Tripod Teaching, Research and Extension. Our aim is to awaken in our readers an interest in the subject, considering that it is of great relevance for Social Work. An analysis will be made of the process of commercialization of high education and direct impacts on the formation of the Social Worker. It will also analyze the incompatibility between distance graduation and Social Work.

Keywords: Higher Education, Distance Education, Vocational Training, Social Work

REFERÊNCIAS

AMORIM, Kamilla Lays dos Santos. **A expansão dos cursos de Serviço Social no Brasil e a inserção de Assistentes Sociais egressos da graduação à distância no mercado de trabalho em Alagoas.** Belo Horizonte, 2016.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL – ABEPSS. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social.** Rio de Janeiro, nov. 1996.

Disponível em:

<http://www.abepss.org.br/briefing/documentos/Lei_de_Diretrizes_Curriculares_1996.pdf>.

Acesso em: 24/05/2018

BANCO MUNDIAL. **Atingindo uma Educação de Nível Mundial no Brasil: próximos passos – sumário executivo.** 2010.

Disponível em: <<http://cenpec.org.br/biblioteca/educacao/estudos-e-pesquisas/achieving-world-class-education-in-brazil-the-next-agenda>>. Acesso em: 01 dez. 2012.

BRASIL, INEP/MEC. **Sinopses Estatísticas do INEP/MEC (2010 a 2013).**

Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>> Acesso em: dezembro de 2017.

BRASIL. LEI No 8.662, DE 7 DE JUNHO DE 1993. - **Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências.**

Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8662.htm> Acesso em 19 de março de 2018.

FERNANDES, Florestan. **O desafio educacional**. São Paulo : Cortez; Autores Associados, 1989.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2008.

_____, **O serviço social na contemporaneidade** : trabalho e formação profissional. 25. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

LIMA, Cristiana Costa. **A formação profissional em Serviço Social nos países amazônicos da América Latina sob o neoliberalismo: tendências no movimento de expansão e privatização do ensino superior no Brasil e na Colômbia**. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) – Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2014.

LIMA, Kátia. **Reforma na educação superior nos anos de contra reforma neoliberal: de Fernando Henrique Cardoso a Luís Inácio Lula da Silva**. Rio de Janeiro, 2007.

LIMA, Kátia Regina de Souza; PEREIRA, Larissa Dahmer. **Contra-reforma na educação superior brasileira: impactos na formação profissional em Serviço Social**.

Disponível em: <<http://revistas.ucpel.tche.br/index.php/rsd/article/viewFile/358/315>>. Acesso em: 29/03/2018

LOPES, Josefa Batista. 50 anos do Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina: a construção da alternativa crítica e a resistência contra o atual avanço do conservadorismo. **Revista de Políticas Públicas**, v. 20, n. 1, 2016.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A Universidade no Século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade**. 2. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2005. 120 p.

SILVA, Maria Liduína de Oliveira. **Serviço Social no Brasil: História de Resistência e de ruptura com o conservadorismo**. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2016.

Sobre a Incompatibilidade entre Graduação à Distância e Serviço Social Organização. Conjunto CFESS-CRESS, ABEPSS e ENESSO

Disponível em

<http://www.cfess.org.br/js/library/pdfjs/web/viewer.html?pdf=/arquivos/01_sobreaincompatibilidade_2011.pdf> Acesso em 27/01/2018